

Terça-Feira, 23 de Dezembro de 2025

Wilson Santos pede vista e adia votação das contas do governo para checar uso do FETHAB na habitação

Pedido de vista

Márcio Eça e Danilo Figueiredo do rufandobombonews

O deputado estadual Wilson Santos justificou o pedido de vista no projeto que analisa a aprovação das contas do Governo de Mato Grosso referentes ao exercício de 2024. A matéria já havia sido aprovada em primeiro turno, mas, com os pedidos de vista de Wilson Santos e do deputado Elizeu Nascimento, a votação em segundo turno foi adiada para janeiro de 2026.

Segundo Wilson Santos, o principal motivo do pedido de vista é a necessidade de verificar se o governo estadual cumpriu corretamente a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB), especialmente no que se refere à destinação mínima obrigatória para a área de habitação.

O parlamentar afirmou que a legislação que criou o FETHAB, datada de 27 de março de 2000, estabelece de forma impositiva a aplicação de pelo menos 20% dos recursos do fundo em políticas habitacionais. No entanto, há dúvidas se esse percentual foi efetivamente cumprido no exercício analisado.

Durante a discussão, Wilson citou declarações do secretário de Estado de Infraestrutura, Marcelo Oliveira — conhecido como secretário Galo — que teria afirmado, em audiência recente na Assembleia, que o governo investiu cerca de R\$ 300 milhões em habitação, quando o valor correto, segundo o deputado, deveria chegar a aproximadamente R\$ 600 milhões. O próprio secretário de Fazenda, ainda conforme Wilson Santos, teria reconhecido que apenas metade do montante previsto do FETHAB foi aplicada conforme determina a lei.

O deputado ressaltou que, caso seja confirmado o descumprimento do percentual mínimo, pretende apresentar emendas para corrigir a destinação dos recursos. Ele também rebateu a alegação de que a aplicação dos valores seria apenas uma “indicação” e não uma obrigação legal, enfatizando que a lei é clara ao tornar o percentual obrigatório.

Wilson Santos destacou ainda que, independentemente de recursos do FETHAB terem sido utilizados em outras áreas, como ações sociais, agricultura familiar ou iniciativas filantrópicas, o governo é obrigado a garantir o percentual mínimo destinado à habitação. A análise detalhada das contas e dos percentuais aplicados deve ocorrer antes da retomada da votação, prevista para o início do próximo ano legislativo.